

FECOMÉRCIO

VEÍCULO: REVISTA NEGÓCIOS

DATA: 30.03.15



Os preços são fator preponderante para a decisão de consumo, revela pesquisa nacional da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), em parceria com o Instituto Ipsos. A pesquisa mostra que os preços influenciam a decisão de compra de 82,2% dos brasileiros e o fator qualidade, de 77,1%. A marca (17,9%) e o conforto (12,1%) aparecem em terceiro e quarto lugares, respectivamente. O levantamento foi feito entre os dias 16 e 31 de janeiro, com mil consumidores, em 70 municípios.

De acordo com a classe econômica, entretanto, os elementos considerados prioritários para as compras são diferentes. O preço é o fator mais exigido (80%) pelas classes C, D e E, enquanto a qualidade é o elemento mais analisado e determinante (82,8%) para os consumidores das classes A e B. Segundo o gerente de Economia da Fecomércio-RJ, Christian Travassos, a pesquisa mostra o que o senso comum aponta. “Que, em geral, as classes da base da pirâmide social dão ênfase relativamente maior ao preço, enquanto, para as Classes A e B, a qualidade pesa relativamente mais”. Travassos ressaltou, porém, que isso não significa que o preço não conte para a classe AB ou que a qualidade não tenha destaque para as classes C e DE. “Mas existem diferenças entre essas duas classes.”

Segundo o economista, o que se pode notar em comparação com o ano passado e anos anteriores é que houve maior ênfase do brasileiro da classe AB no preço,

embora a qualidade permaneça à frente. Para as classes C e DE, o preço se tornou ainda mais relevante. Travassos disse que, pela conjuntura econômica atual, o fator preço ganha apelo maior de 2014 para 2015.

“O consumidor já vinha apresentando comportamento mais seletivo ao longo de 2014 e agora essa tendência permanece”. Segundo Travassos, a boa notícia é que esse comportamento é positivo para a manutenção do poder de compra. “O consumidor deve pesquisar preços, estar preocupado em manter seu padrão de consumo, comparando preços e adequando o consumo à sua realidade. Isso é importante para que ele não se torne inadimplente.”

O levantamento dos hábitos de consumo da população mostra que a televisão continua como principal meio de se inteirar sobre promoções no comércio, com 46,3% das respostas. A internet, que tinha participação nula em 2009, mostrou adesão este ano de 8,5%, elevando o total de respostas dadas no ano passado (5,5%). No interior do país, o carro de som ainda é o meio mais usado por 20,2% dos comerciantes para anunciar promoções, apesar de aparecer com menor relevância em comparação ao ano passado (23,3%).

“A TV é o elemento tradicional de maior adesão quando se pergunta sobre os meios mais usados pelo consumidor para saber das promoções e liquidações. E a gente tem o novo e o antigo. O mais antigo é o carro de som. É a diversidade brasileira em uma análise sobre consumo, propaganda. A internet, se ainda tem uma citação inferior a 10%, era nula em 2009. Avançou no mercado consumidor em prazo relativamente pequeno, e a tendência é que ela cumpra, cada vez mais, o papel de fazer a ligação do consumidor com o varejo”, disse o economista.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: REVISTA NEGÓCIOS DATA: 30.03.15

Sesc RN comemora Dia do Trabalhador com Semana do Comerciante - Portal No Ar

Para comemorar o Dia do Trabalhador (1º de maio), o Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), fará a Semana do Comerciante. De 25/04 a 01/05, a instituição oferecerá programações em esportes, lazer, saúde e cultura especialmente voltadas ao comerciante potiguar, além de levar seus serviços a empresas previamente cadastradas. A tradicional Corrida do Comerciante, em sua 6ª edição, também será uma das ações alusivas à data. As atividades, que acontecem em Natal, Mossoró e Caicó, estão disponíveis no site www.sescrn.com.br.

Um dos destaques deste ano será a visita às empresas. De 30/03 a 13/04, as empresas podem realizar um cadastro e escolher o pacote de serviços do Sesc RN que deseja receber gratuitamente para seus colaboradores. Entre as opções, estão ginástica laboral, sessões do CineSesc, exposições artísticas, palestras sobre saúde e orientações nutricionais.

Em Natal, as empresas podem se cadastrar no site do Sesc RN; já em Mossoró e Caicó, uma equipe da instituição visitará as empresas para concluir os cadastros. Os pacotes de serviços estão descritos também no endereço eletrônico do Sesc. As atividades nas empresas acontecem de 27 a 30/04.

Outra ação programada é a Blitz no Alecrim, realizada dia 25/04 na praça onde está localizado o famoso relógio do bairro natalense. Serão realizadas gratuitamente ginástica laboral, dança, medição de índice de massa corporal e apresentações culturais. O Sesc Ponta Negra também oferece programação no domingo (26/03), com caminhada e recreação. No último dia de abril (30), o projeto musical Terraço do Relógio, que acontece todas as sextas-feiras no Sesc Centro, em Natal, terá uma programação especial para comemorar o Dia do Trabalhador, com Dudu Galvão e a D'jazz Band.

1º de maio

A Semana do Comerciante disponibilizará diversas atividades no Dia do Trabalhador (01/05). Uma é a 6ª Corrida do Comerciante, tradicional corrida de rua realizada pelo Sesc RN em Natal. Este ano, evidenciará o tema "sustentabilidade", aliando atividade física à preservação ambiental. A corrida recebe inscrições exclusivas de comerciantes até dia 13/04, e abre para a comunidade de 14 a 24/04 – ou enquanto houver vagas. São 1.600 vagas para adultos e 200 para a categoria infantil. As inscrições podem ser feitas no site do Sesc RN.

Ainda no 1º de maio, as unidades Sesc de Ponta Negra, Mossoró e Caicó oferecerão, das 8h às 15h, programações gratuitas, com torneios esportivos, serviços de saúde, oficinas, recreação infantil e atividades culturais.

Serviço:

O quê? Sesc comemora Dia do Trabalhador com Semana do Comerciário Quando? De 25/04 a 01/05 Onde? Natal, Mossoró e Caicó PROGRAMAÇÃO:
25/04 | 7h às 12h – blitz no bairro de Alecrim (Natal)
26/04 | 7h às 16h – caminhada e programação no Sesc Ponta Negra (Natal)
27 a 30/04: visitas às empresas (Natal, Mossoró e Caicó) 30/04 | 19h – Terraço do Relógio especial com Dudu Galvão e D’jazz Band (Natal)
01/05 | 16h – Corrida do Comerciário (Natal)
01/05 | 8h às 15h – programações nas unidades Ponta Negra, Mossoró e Seridó
Mais informações: www.sescrn.com.br

Atualizado em 30 de março às 15:12

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PONTO VISTA ONLINE **DATA:** 30.03.15

Sesc comemora Dia do Trabalhador com Semana do Comerciante | Ponto de Vista com Nelson Freire



Posted on 30. mar, 2015 by Ponto de Vista in Blog

Para comemorar o Dia do Trabalhador (1º de maio), o Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), fará a Semana do Comerciante. De 25 de abril a primeiro de maio, a instituição oferecerá programações em esportes, lazer, saúde e cultura especialmente voltadas ao comerciante potiguar, além de levar seus serviços a empresas previamente cadastradas. A tradicional Corrida do Comerciante, em sua 6ª edição, também será uma das ações alusivas à data. As atividades, que acontecem em Natal, Mossoró e Caicó, estão disponíveis no site www.sescrn.com.br.

Um dos destaques deste ano será a visita às empresas. De 30/03 a 13/04, as empresas podem realizar um cadastro e escolher o pacote de serviços do Sesc RN que deseja receber gratuitamente para seus colaboradores. Entre as opções, estão ginástica laboral, sessões do CineSesc, exposições artísticas, palestras sobre saúde e orientações nutricionais.

Em Natal, as empresas podem se cadastrar no site do Sesc RN; já em Mossoró e Caicó, uma equipe da instituição visitará as empresas para concluir os cadastros. Os pacotes de serviços estão descritos também no endereço eletrônico do Sesc. As atividades nas empresas acontecem de 27 a 30/04.

Outra ação programada é a Blitz no Alecrim, realizada dia 25/04 na praça onde está localizado o famoso relógio do bairro natalense. Serão realizadas gratuitamente ginástica laboral, dança, medição de índice de massa corporal e apresentações culturais. O Sesc Ponta Negra também oferece programação no domingo (26/03), com caminhada e recreação. No último dia de abril (30), o projeto musical Terraço do Relógio, que acontece todas as sextas-feiras no Sesc Centro, em Natal, terá uma programação especial para comemorar o Dia do Trabalhador, com Dudu Galvão e a D’jazz Band.

1º de maio

A Semana do Comerciário disponibilizará diversas atividades no Dia do Trabalhador (01/05). Uma é a 6ª Corrida do Comerciário, tradicional corrida de rua realizada pelo Sesc RN em Natal. Este ano, evidenciará o tema “sustentabilidade”, aliando atividade física à preservação ambiental. A corrida recebe inscrições exclusivas de comerciários até dia 13/04, e abre para a comunidade de 14 a 24/04 – ou enquanto houver vagas. São 1.600 vagas para adultos e 200 para a categoria infantil. As inscrições podem ser feitas no site do Sesc RN.

Ainda no 1º de maio, as unidades Sesc de Ponta Negra, Mossoró e Caicó oferecerão, das 8h às 15h, programações gratuitas, com torneios esportivos, serviços de saúde, oficinas, recreação infantil e atividades culturais.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: PORTAL MINUTO.COM **DATA:** 30.03.15

Sesc comemora Dia do Trabalhador com Semana do Comerciante - Notícias - Lazer - Nominuto.com



Para comemorar o Dia do Trabalhador (1º de maio), o Sistema Fecomércio, por meio do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Norte (Sesc RN), fará a Semana do Comerciante. De 25 de abril a primeiro de maio, a instituição oferecerá programações em esportes, lazer, saúde e cultura especialmente voltadas ao comerciante potiguar, além de levar seus serviços a empresas previamente cadastradas. A tradicional Corrida do Comerciante, em sua 6ª edição, também será uma das ações alusivas à data. As atividades, que acontecem em Natal, Mossoró e Caicó, estão disponíveis no site www.sescrn.com.br.

Um dos destaques deste ano será a visita às empresas. De 30/03 a 13/04, as empresas podem realizar um cadastro e escolher o pacote de serviços do Sesc RN que deseja receber gratuitamente para seus colaboradores. Entre as opções, estão ginástica laboral, sessões do CineSesc, exposições artísticas, palestras sobre saúde e orientações nutricionais.

Em Natal, as empresas podem se cadastrar no site do Sesc RN; já em Mossoró e Caicó, uma equipe da instituição visitará as empresas para concluir os cadastros. Os pacotes de serviços estão descritos também no endereço eletrônico do Sesc. As atividades nas empresas acontecem de 27 a 30/04.

Outra ação programada é a Blitz no Alecrim, realizada dia 25/04 na praça onde está localizado o famoso relógio do bairro natalense. Serão realizadas gratuitamente ginástica laboral, dança, medição de índice de massa corporal e apresentações

culturais. O Sesc Ponta Negra também oferece programação no domingo (26/03), com caminhada e recreação. No último dia de abril (30), o projeto musical Terraço do Relógio, que acontece todas as sextas-feiras no Sesc Centro, em Natal, terá uma programação especial para comemorar o Dia do Trabalhador, com Dudu Galvão e a D'jazz Band.

1º de maio

A Semana do

Comerciário disponibilizará diversas atividades no Dia do Trabalhador (01/05). Uma é a 6ª Corrida do Comerciário, tradicional corrida de rua realizada pelo Sesc RN em Natal. Este ano, evidenciará o tema “sustentabilidade”, aliando atividade física à preservação ambiental. A corrida recebe inscrições exclusivas de comerciários até dia 13/04, e abre para a comunidade de 14 a 24/04 – ou enquanto houver vagas. São 1.600 vagas para adultos e 200 para a categoria infantil. As inscrições podem ser feitas no site do Sesc RN.

Ainda no 1º

de maio, as unidades Sesc de Ponta Negra, Mossoró e Caicó oferecerão, das 8h às 15h, programações gratuitas, com torneios esportivos, serviços de saúde, oficinas, recreação infantil e atividades culturais.

Classificação: Positiva

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 31.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

Prefeitura tem 90 dias para fazer licitação do transporte

« SERVIÇO PÚBLICO » Prazo é definido durante audiência, a partir de um acordo entre a STTU, Procuradoria do Município, MP e Tribunal de Justiça

NADJARA MARTINS
Repórter

A Prefeitura de Natal tem, no máximo, 90 dias para iniciar o processo licitatório do transporte público de Natal. O prazo foi estabelecido em audiência judicial realizada ontem (30) pela manhã entre Secretária Municipal de Mobilidade Urbana (STTU), Ministério Público Estadual, Procuradoria Geral do Município e Tribunal de Justiça. No acordo ficou estabelecido que a Prefeitura lançará o edital de licitação dentro do prazo, mesmo se a Câmara Municipal não finalizar a apreciação do projeto que regulamenta o sistema de transporte público da capital.

A audiência foi convocada pelo juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública, Cicero Martins, e é desdobramento de uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público em 1999. Na época, o MP solicitava o fim dos contratos entre Município e empresas operadoras de transporte, bem como início do processo licitatório. Em 2010, esgotaram-se todas as possibilidades de recurso, e o processo entrou em execução no ano seguinte. Nunca foi cumprido. Em março deste ano, a promotora estadual Keyvianne Sena solicitou uma audiência para acordar o cumprimento da ação.

"Ficou acordado que o Município tem 90 dias para finalizar a licitação, independente de lei da Câmara. Se por acaso vier alguma lei municipal e for preci-

so fazer algum ajuste, o Município terá mais 30 dias para fazer isso. Se houver justificativa", explicou o juiz. "A questão é que esta é uma decisão judicial e precisa ser cumprida. A Câmara Municipal tem o papel dela, mas independente disso o Município precisa fazer a licitação", pontuou.

O processo de licitação do transporte público da capital tramita, hoje, por duas esferas. Em fevereiro de 2014, o Município encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei que define as regras do sistema de transporte. Este começou a ser analisado pelo legislativo na última quinta-feira (26), e já possui 207 emendas. Até ontem, apenas três foram votadas. Concomitantemente, a STTU iniciou a elaboração do edital para licitar o sistema de transporte, já parcialmente finalizado.

Prazo

Entretanto, mesmo com a decisão da Justiça, a orientação do Município é aguardar a votação do projeto na Câmara Municipal. De acordo com o procurador geral do Município, Carlos Castim, a análise da Câmara Municipal deve ser finalizada antes de que o prazo se esgote. Ele afirma que o Município aguardará a análise do projeto para poder lançar o edital.

"Nós ultrapassamos, desde o ano passado, toda uma série de etapas para chegar até o momento atual. Demandou custo, dinheiro e tempo. E o MP quer que a gente simplesmente ignore tu-

do que está sendo feito, fazendo uma licitação às pressas, sem que ele possa dar uma garantia de que os licitantes possam ser alvo de novos bloqueios e suspensões", criticou. "O que precisamos é cautela, bom senso e entender que estamos com um projeto de regulamentação", asseverou.

De acordo com Castim, embora o projeto de lei não tenha cunho autorizativo, evitará que empresas questionem ou impugnem o edital posteriormente. "Se a gente não prever em lei, qualquer gestor pode fazer a licitação e conceder da forma que quiser.", acrescentou.

Integrante da bancada do prefeito na Câmara Municipal de Natal, o vereador Júlio Protásio (PSB) cobrou explicações por parte do Executivo. "Entendo que não há prejuízo para a função do legislativo. Mas eu também não tinha nenhuma informação sobre o que foi decidido, e por isso cobrei a presença da Prefeitura aqui", disse na manhã de ontem (30), durante sessão extraordinária para apreciação do projeto.

A secretária municipal de Mobilidade Urbana, Elequicina dos Santos, lembrou ainda que, mesmo após a aprovação do projeto pela CMN será necessário fazer uma audiência pública de consolidação do edital. "Os vereadores disseram que vão votar logo. Eles veem que a Prefeitura está sendo pressionada pela Justiça para fazer o processo, que já deveria ter sido feito há anos", acrescentou.

Mudança evita aprovação prévia dos vereadores

O acordo firmado entre a Prefeitura e o Ministério Público Estadual não é o único que facilita a realização da licitação dos transportes em Natal. Desde 2013, está em vigor uma liminar que derruba o inciso 13 do artigo 21 da Lei Orgânica do Município, e estabelece que o Executivo não é obrigado a remeter ao Legislativo o "ato de concessão ou permissão de serviço público". A Câmara Municipal de Natal recorreu da decisão junto ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), mas a relatora Regina Costa ainda não proferiu voto.

De acordo com o procurador geral do Município, Carlos Castim, embora a liminar isente o processo licitatório do aval da Câmara Municipal, ainda era necessário regulamentar o sistema de transporte público.

"O fato de podermos fazer a licitação independente da Câmara a gente já sabe. Mas foi uma decisão de gestão, por uma questão de segurança jurídica e confiabilidade na estrutura dos serviços, organizar primeiro o serviço público. Se você fizer a licitação sem organizar, vai dar margem para que algum licitante questione o processo depois", avalia. Segundo Castim, mesmo com a liberação é preciso dar segurança jurídica ao processo.



ELPIDIO JÚNIOR

Vereadores apreciaram seis das 207 emendas apresentadas para modificar o projeto do transporte

Câmara mantém sistema de concessão

Uma semana depois de iniciar a análise do projeto de lei que regulamenta o transporte público de passageiros em Natal, seis das 207 emendas propostas pelos vereadores foram apreciadas. Destas, três foram aprovadas. Apesar do ritmo ainda lento, os parlamentares prometem finalizar a votação em 15 dias. Ontem, em sessão extraordinária, os vereadores decidiram derrubar a emenda ao artigo 5º, proposta por Hugo Manso (PT), que estabelecia a permissão como único instrumento jurídico a ser utilizado pelo Município para delegar o sistema de transporte. "O regime de concessão deixa a Prefeitura mais fragilizada, pois é mais difícil romper o contrato de concessão", defendeu o vereador.

Se a proposta de emenda fosse aprovada, a Prefeitura teria que firmar contrato com as empresas de ônibus urbanos pelo modelo de permissão, semelhante ao adotado para os transportes alternativos.

O artigo 5º é um dos mais po-

lêmicos e causou várias dúvidas entre os vereadores. Na última quinta, a sessão chegou a ser suspensa.

Mas, com 15 votos contra a nove a favor, o plenário manteve a proposta do Executivo, que divide a delegação em três contratos: concessão para transporte coletivo; permissão para opcionais (alternativos) e autorização para outros veículos, como escolares. "Eu vou votar com o governo porque, na dúvida, se der errado a culpa é deles que conceberam o regime de forma errada", disse Júlio Protásio.

O plenário ainda aprovou emenda da vereadora Amanda Gurgel (PSTU), que modifica o artigo 2º do projeto de lei. Segundo a proposta, a concessão do transporte só é válida até o momento em que o Município resolve municipalizar o serviço. "As empresas já vão entrar sabendo que a concessão é rompida no momento em que a empresa for criada", adiantou. Para ela, não haverá prejuízo para a concorrência pública.

Já no final da manhã, os vereadores aprovaram emenda de Júlio Protásio, que modifica o artigo 3º do projeto. Outras três emendas foram apresentadas para o item, mas negociadas. Pela proposta aprovada, as permissões dadas às pessoas físicas para operacionalização do transporte opcional será transferida à família em caso de falecimento – o que hoje é feito de forma semelhante com os táxis, por exemplo.

De acordo com o relator do projeto do Executivo e presidente da Comissão de Transportes da Casa, Aroldo Alves (PSDB), os parlamentares vão analisar as emendas pela ordem dos artigos do projeto. No total, são 59 artigos e quase todos possuem emendas. Hoje, a CMN inicia a análise do artigo 4º. "Devemos terminar a votação em 15 dias", afirmou Alves. Após a votação das emendas e parecer oral, o projeto é remetido para sanção ou veto do prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves.

Emendas em análise

O que é?

O Projeto de Lei 018/2014 cria e regulamenta o Sistema Municipal de Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Natal

11 de fevereiro de 2014 foi a data em que o Executivo remeteu o projeto à Câmara Municipal de Natal

59 é o número de artigos do projeto

207 é o número de emendas propostas

Artigos polêmicos:

Art.5º: Estabelece as formas de delegação do serviço por meio de concessão, permissão e autorização 18 emendas

Art.10º: Estabelece o tempo de delegação do sistema 11 emendas

Art.17: Versa sobre a política tarifária dos transportes 9 emendas

Art.21: Dispõe sobre a criação e uso do Fundo Municipal de Transportes Coletivos (FMTC) 6 emendas

Art.31: Trata das obrigações dos concessionários e permissionários do transporte público 17 emendas

Art.50: O artigo sugere a criação da taxa de análise do Relatório de Impacto Sobre o Tráfego Urbano (Ritua) 1 emenda

Art.55: Determina a redução da idade de gratuidade de 65 para 60 anos 1 emenda

Fonte: Câmara Municipal de Natal

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 31.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

Dilma minimiza declaração de Levy

« AJUSTE » Presidente comenta que o ministro da Fazenda foi mal interpretado ao afirmar que ela teria sido ineficaz em alguns momentos e aponta distorções na reprodução das frases fora do contexto

Capanema-PA (AE) - A presidente Dilma Rousseff afirmou, em Capanema (PA), que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, foi mal interpretado sobre declaração dada em uma palestra em inglês aos alunos da Universidade de Chicago, em encontro realizado na semana passada em São Paulo. "Não tenho que falar sobre Levy. O que o Levy fala está dentro de um contexto. Se você pegar fora do contexto, vai entender distorcido", afirmou a presidente. "Eu li e também tenho discernimento. Eu tenho clareza que ele foi mal interpretado. Tenho clareza disso", enfatizou Dilma.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, que divulgou a gravação com a fala do ministro no encontro, Levy teria dito que presidente nem sempre faz as coisas de maneira mais fácil e efetiva. "Ele falou que nós, e agradeço o elogio dele, fazemos um imenso esforço para fazer o ajuste. Em política, às vezes, eu não posso seguir o caminho curto. Eu tenho que ter o apoio de todos que me cercam. Então, temos uma questão de construir o consenso. Não temos que criar maiores complicações por isso", completou a presidente.

Segundo Dilma, Levy ficou "bastante triste" com a interpretação que foi dada a sua fala e ex-

plicou "exaustivamente" o ocorrido. Dilma disse ontem que o governo está trabalhando diariamente para que o Brasil retorne para uma taxa de crescimento compatível com seu potencial. "Cada dia é um dia. Nós estamos todos os santos dias, todos os minutos dos santos dias trabalhando para que o Brasil retorne para uma taxa de crescimento compatível com seu potencial. Agora uma coisa tenho que dizer: sem ajuste, fomos até onde pudemos, absorvendo no orçamento fiscal do País todos os efeitos da crise", disse a presidente em entrevista após cerimônia de entrega de casas do Minha Casa Mi-

nha Vida, em Capanema, no Pará.

Dilma ressaltou que trabalhou para desonerar a folha de pagamentos e se esforçou para manter os financiamentos com juros baixos. "Fizemos uma porção de desonerações. Estamos agora reajustando o que fizemos. Eu não estou acabando com os subsídios no Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do BNDES. Mas não consigo absorver 12% de juros. Estamos absorvendo menos", afirmou.

A presidente destacou que o programa de desoneração da folha resultou em uma renúncia fiscal de R\$ 25 bilhões e disse que esta per-

da agora será de R\$ 12 bilhões. "Você tem que adequar em política econômica toda a sua ação à mudança da realidade. Eu tenho certeza que o Brasil volta a crescer se fizer essa movimentação", acrescentou.

Ela aproveitou também para reclamar das avaliações negativas em relação ao PIB. "Mesmo com a revisão dos dados do PIB, falaram que o Brasil cresceu muito pouco em 2014. Agora ninguém diz que os dados da solvência melhoraram todos, todos. Nós estamos agora com 58% da dívida bruta sobre o PIB e, se não me engano, 39% ou 36% da líquida. Não tenho certeza."

Ministro diz ter "afinidade" com a presidência

São Paulo (AE) - O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse, após participar de um fórum empresarial em São Paulo, que existe uma grande afinidade entre ele e a presidente Dilma Rousseff. Segundo Levy, a presidente está trabalhando para endireitar o Brasil e o governo promove agendas sobre quais existe grande consenso. "Houve um pouco de mal-entendido, mas a confiança mútua é muito sólida", comentou. "Nós somos um time liderado pela presidente e estamos jogando junto", acrescentou.

Levy foi bastante questionado pelos repórteres sobre a repercussão da declaração que deu na semana passada, de que Dilma tem o desejo de endireitar o Brasil, mas nem sempre faz as coisas do jeito mais eficiente. Na entrevista coletiva de hoje, ele disse que Dilma tem sido absolutamente explícita e genuína sobre a necessidade de promover o ajuste fiscal.

Perguntado sobre o seu papel no governo, se é apenas para promover os ajustes necessários no curto prazo ou se sua permanência seria por mais tempo, Levy desconvencou e disse apenas que "a orientação da economia brasileira avança através do tempo". Sobre sua relação com o Congresso, afirmou que as conversas, mesmo quando é preciso explicar diferenças, são extremamente saudáveis.

Presidente nega atraso no "Minha Casa"

São Paulo (AE) - A presidente Dilma Rousseff negou que o governo federal esteja atrasando pagamentos em obras do programa Minha Casa, Minha Vida. "Não é verdade. As obras do governo federal estão sendo pagas criteriosamente", disse, em coletiva de imprensa, após participar de entrega de 1.032 moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida, em Capanema, no Pará.

De acordo com o jornal "O Estado de S. Paulo", para melhorar as contas fiscais, o governo atrasou neste início de ano os pagamentos às empresas que constroem as habitações destinadas às famílias de renda mais baixa inscritas no Minha Casa, Minha Vida, o principal programa da presidente Dilma Rousseff.

O jornal ouviu no início de

março dezenas de construtoras responsáveis pelos empreendimentos que vão ser entregues às famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil (faixa 1 do programa habitacional). Sob a condição de anonimato, com medo de represálias do governo, os empresários foram unânimes em confirmar os atrasos, que chegam, em alguns casos, a um mês.

Dilma voltou a defender o ajuste fiscal proposto pelo governo e disse que é preciso "adequar política econômica à mudança da realidade". "Tenho certeza que o Brasil volta a crescer se a gente fizer essa movimentação", disse, destacando que como o programa de desonerações o Brasil "perdeu R\$ 25 bilhões" e que agora o governo está "diminuin-

do essa perda". Ela destacou, entretanto, que "tem várias reformas que temos que fazer depois do ajuste", disse.

A presidente citou o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), divulgado na última sexta-feira, que mostrou que o País cresceu apenas 0,1% em 2014. "Falaram que o Brasil cresceu muito pouco em 2014, mas ninguém diz que os dados da solvência do país melhoraram todos", afirmou, destacando que com a revisão do cálculo "estamos agora com 58% da dívida bruta sobre o PIB."

Dilma foi questionada sobre as mudanças nas regras no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo ela, o número de matrículas foi crescendo "ano a ano", mas agora é preciso corrigir algumas distorções.



Dilma Rousseff afirma que pagamentos do governo são criteriosos

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 31.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

PT LANÇA MANIFESTO CONTRA ATAQUES

/ DEFESA / PARTIDO DOS TRABALHADORES DIVULGA MANIFESTO NO QUAL DIZ ESTAR SOB "FORTE ATAQUE" POR MEIO DE UMA OFENSIVA "DE CERCO E ANIQUILAMENTO" QUE BUSCA CRIMINALIZAR A LEGENDA

ELAINE PATRÍCIA CRUZ
AGÊNCIA EBRASIL

O PT divulgou ontem (30) manifesto, aprovado pelos 27 diretores estaduais, em que diz "está sob forte ataque". O documento foi divulgado durante reunião da Executiva do partido, em um hotel da zona sul de São Paulo. A legenda destaca que não é a primeira vez que passa por essa situação e lembra o caso do sequestro do empresário Abílio Diniz, em dezembro de 1989, quando foi acusada pelo ato. O texto diz ainda que "nunca como antes, porém, a ofensiva de agora é uma campanha de cerco e aniquilamento" e que o atual movimento contra o partido busca criminalizá-lo.

A sigla não cita quem seriam os culpados pelo ataque, mas dirige as críticas aos "maus perdedores no jogo democrático" que "tentam agora reverter, sem eleições, o resultado eleitoral". Segundo a legenda, tentam "fazer do PT um bode expiatório da corrupção nacional e de dificuldades passageiras da economia".

"Condenam-nos não por nossos erros, que certamente ocorrem numa organização que reúne milhares de filiados. Perseguem-nos pelas nossas virtudes.



► Manifesto critica "maus perdedores no jogo democrático" que "tentam agora reverter, sem eleições, o resultado eleitoral"

Não suportam que o PT, em tão pouco tempo, tenha retirado da miséria extrema 36 milhões de brasileiros e brasileiras. Que nossos governos tenham possibilitado o ingresso de milhares de negros e pobres nas universidades."

No documento, o partido diz ainda que é favorável às investigações, como a que envolve a Petrobras, e afirma que, caso algum

filiado seja condenado em "virtude de eventuais falcaturas", será excluído do partido. O PT ressalta que, durante o seu próximo congresso da agremiação "Cabrerá à legenda se reencontrar com o PT dos anos 1980, quando nos constituímos num partido com vocação democrática e transformação da sociedade". A ideia, segundo os membros do PT, é que o

congresso faça o partido retomar sua "radicalidade política, seu caráter plural e não dogmático".

O manifesto defende que o partido pratique a política cotidiana, mais presente na vida do povo, "no dia a dia dos trabalhadores", e que reate sua ligação com os movimentos sociais, a juventude, os intelectuais e as organizações sociais. "Todos

inicialmente representados em nossas instâncias e hoje alheios, indiferentes ou até hostis, em virtude de alguns erros políticos cometidos nessa trajetória de quase 35 anos".

Ao fim do documento, os membros da Executiva listam uma série de dez propostas, entre elas, a promoção de debates e mobilizações em torno do PT e de suas bandeiras históricas; a defesa do legado político-administrativo do partido e do governo da presidenta Dilma Rousseff; e a articulação de uma frente de partidos, centrais sindicais e movimentos sociais "unificados em torno de uma plataforma de mudanças", e que defendam a reforma política e tributária, além da democratização da mídia.

Além disso, propõem a orientação da bancada do PT no Congresso Nacional para votar o imposto sobre grandes fortunas; a busca por novas formas de financiamento para o Sistema Único da Saúde (SUS); o apoio a uma ampla reforma educacional; o combate à corrupção; e a luta pela integração política, econômica e cultural dos povos da América. "O momento não é de pessimismo; é de reavivar as esperanças", finaliza o manifesto.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 31.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

/ MAIORIDADE /

Votação na CCJ da PEC é adiada para hoje

A VOTAÇÃO DA admissibilidade da proposta de emenda à Constituição (PEC), que propõe reduzir de 18 para 16 anos a maioridade penal, foi adiada para amanhã (31) na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ). Depois de uma longa discussão e de várias tentativas de obstrução por 41 votos a sete, os deputados da CCJ aprovaram requerimento para o encerramento da discussão.

Com a aprovação do encerramento de discussão, a PEC poderia ser colocada imediatamente em votação, mas o presidente da CCJ, deputado Arthur Lira (PP-AL), preferiu abrir espaço para debater a proposta antes de colocá-la em votação. Se inscreveram novamente para debater a admissibilidade da redução da maioridade penal 26 deputados que integram a CCJ.

"Nós não colocaremos a matéria em votação hoje, não dará tempo", reconheceu o presidente da CCJ, Arthur Lira antes da aprovação do requerimento de encerramento de discussão. Ele informou que a apreciação será retomada amanhã diretamente com a votação da PEC.

A dificuldade é colocar a matéria em votação hoje é devido ao horário. Isso porque, iniciada a Ordem do Dia – período dedicado a votações em plenário – todas as comissões que estiverem em atividade devem encerrar seus trabalhos e nenhuma votação que ocorra em comissões nesse período tem validade.

Novamente na tarde de hoje, manifestantes contrários à PEC protestaram contra sua apreciação. Alguns entraram no plenário da CCJ com cartazes contrários à proposta, outros ficaram



► Votação teve protestos dentro e fora do plenário

próximos ao plenário e a maioria dos manifestantes teve que ficar nas dependências externas da Câmara.

A PEC principal sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos está tramitando

na Câmara há mais de 20 anos. A ela foram apresentadas mais 38 propostas sobre o mesmo tema. Ao analisar as 39 PECs, o relator da matéria, deputado Luiz Couto (PT-PB), fez seu parecer contrário à admissibilidade das

propostas. Segundo Couto, há PECs para a redução da maioridade para 12 anos e outras que propõem a redução sem limite de idade.

Se a admissibilidade da PEC for aprovada pela CCJ, será criada uma comissão especial que irá analisar o mérito da matéria. Só depois de muita discussão é que a proposta irá apresentar seu parecer que será votado pela comissão e depois pelo plenário da Câmara, em dois turnos de votação. Caso seja aprovada pelos deputados, a PEC será encaminhada à apreciação do Senado. Se for modificada pelos senadores, terá que retornar à Câmara para novas deliberações. Para uma PEC ser aprovada são necessários os votos de, no mínimo, 308 dos 513 deputados da Câmara, nos dois turnos de votação.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 31.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

/ MUDANÇA /

JOAQUIM LEVY AFIRMA ESTAR CONFIANTE SOBRE ACORDO PARA DÍVIDA DOS ESTADOS

O **MINISTRO DA** Fazenda, Joaquim Levy, disse ontem estar confiante em relação a um acordo para renegociação da dívida dos estados. Ele fez o comentário ao sair de uma reunião de cerca de uma hora com o presidente do Senado, Renan Calheiros. "Estou muito confiante em um encaminhamento positivo. Há um entendimento generalizado dos entes [públicos]", declarou Levy.

Apesar de mostrar confiança em relação a um acordo, o ministro informou que os estados terão de fazer concessões, indicando que o projeto de lei aprovado semana passada pela Câmara dos Deputados poderá sofrer ajustes no Senado.

"O importante é todo mundo contribuir para o ajuste. Hoje, a gente tem de vencer essa etapa para já criar as bases para a re-

tomada do crescimento e do emprego. Acho que há cada vez mais convergência nesse entendimento", acrescentou o ministro.

Atualmente, a dívida dos estados renegociada com a União no fim da década de 90 é corrigida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), mais 6%, 7,5% ou 9% ao ano. Um projeto de lei aprovado ano passado mudou o in-

dexador para a taxa Selic (juros básicos da economia) ou a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais 4% ao ano, prevalecendo o menor índice.

Como a lei da mudança dos indexadores não foi regulamentada até agora, semana passada a Câmara aprovou um projeto de lei com prazo de 30 dias para o governo federal aplicar os novos

índices de correção aos contratos assinados.

A medida teria impacto fiscal de pelo menos R\$ 3 bilhões para a União em 2015, ano em que o Ministério da Fazenda está comprometido em obter meta de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida pública) de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país).

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 31.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

EDITAL DE LICITAÇÃO TEM DE ESTAR PRONTO EM 90 DIAS

/ ORDEM / EM AUDIÊNCIA JUDICIAL, FCA DETERMINADO QUE A PREFEITURA TEM 90 DIAS PARA PUBLICAR EDITAL DE LICITAÇÃO DOS TRANSPORTES, INDEPENDENTE DO PROCESSO DE APROVAÇÃO DE 200 EMENDAS EM ANDAMENTO NA CÂMARA MUNICIPAL

PAULO NASCIMENTO
DO NOVO JORNAL

A JUSTIÇA ESTADUAL bateu – mais uma vez – o martelo e decidiu que a Prefeitura de Natal terá de lançar dentro de 90 dias o edital para licitação do transporte público da capital potiguar, com ou sem a conclusão das votações da suposta lei autorizativa, que hoje tramita na Câmara Municipal de Natal (CMN) e já recebeu mais de 200 emendas.

De acordo com o termo de audiência publicado no sistema eletrônico de acompanhamento processual do Tribunal de Justiça do RN (TJ-RN), o prazo inicial de 90 dias começa a contar a partir de hoje. Durante este período a Secretaria de Mobilidade ainda terá que realizar mais uma audiência pública para debater a licitação.

A única situação que poderá impedir o Poder Executivo de lançar o edital de licitação até o próximo dia 29 de junho será no caso dos vereadores concluírem a votação do projeto de lei antes. Neste caso, a STTU terá mais 30 dias para realizar as adaptações necessárias no edital de licitação, a partir do que for deliberado na CMN com relação ao projeto de lei.

A decisão foi firmada na manhã de ontem (30) em um acordo entre a administração municipal, representada pela Procuradoria Geral do Município (PGM) e a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU), e o Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP-RN) na 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal.

O advogado Augusto Maranhão Valle, representante do Sindicato das Empresas de Trans-

portes Urbanos de Passageiros de Natal (Seturna), também participou da audiência. A reunião, mediada pelo juiz Cícero Martins de Macedo Filho, foi requisitada pelo MP-RN, pois o processo judicial relativo ao sistema de transporte público, aberto em 1999, já está transitado em julgado e ordena que o processo licitatório deveria ter ocorrido em 2010.

O TJ-RN, através de seu tribunal pleno, ainda referendou em 2013 que a prefeitura teria o direito de lançar o processo licitatório sem a necessidade de passar pelo legislativo municipal. "Por mim isso (licitação) já tinha acontecido há muito tempo", murmurou Eleuquicina Santos, secretária titular da STTU, em certo ponto da audiência.

Os representantes da STTU mostraram-se preocupados com as possíveis modificações que terão de fazer no edital e no termo de referência da licitação, caso algumas emendas sejam aprovadas durante as próximas votações na Câmara. "A aprovação da exigência de uma frota com motor traseiro e ar condicionado em parte dos veículos, por exemplo, já modificaria nossos estudos", comentou Clodoaldo Cabral, secretário municipal adjunto de Transportes da STTU.

A expectativa é de que o projeto original encaminhado pelo município no ano passado seja bastante alterado, pois os vereadores apresentaram 205 emendas ainda antes da abertura do processo de discussão, na semana passada. A quantidade de emendas que ainda serão discutidas pelos vereadores nas próximas sessões foi



Procurador-geral do município, Carlos Castim, garantiu ao juiz que o processo será concluído dentro do prazo



Eleuquicina Santos: "Por mim já tinha acontecido há muito tempo"

um dos pontos mais debatidos na audiência judicial de ontem, no Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes. "Do je-

to que está essa votação não vai acabar nunca", lamentou o juiz Cícero Macedo Filho. "O projeto encaminhado pela prefeit-

ARNEIRO LIMA/FU

“

O PROJETO ENCAMINHADO PELA PREFEITURA É MUITO BOM, MAS ESTAMOS COM MEDO DO LEVIATÃ QUE PODE SAIR DA CÂMARA”

Augusto Maranhão Valle
Advogado

ra é muito bom, mas estamos com medo do Leviatã que pode sair da Câmara”, complementou o advogado Augusto Maranhão Valle.

Na tentativa de agilizar o processo, o magistrado titular da 4ª Vara da Fazenda Pública e o Ministério Público chegaram a propor que o Poder Executivo retirasse o projeto de lei da Câmara e abrisse a licitação o quanto antes. A solução foi negada pela Prefeitura, através do procurador geral do município, Carlos Castim, em contato telefônico com Macedo Filho.

O procurador justificou a necessidade da legislação, como falou ao NOVO JORNAL na matéria desse domingo (28), como amparo legal para a prefeitura e

ainda confirmou que a votação da lei aconteceria dentro de 90 dias. O MP-RN –representado pelas promotoras de justiça Keiviany Sena e Hellen Maciel – pressionou bastante para que o Poder Executivo em fim lançasse o edital, justificando que a necessidade de discussão no legislativo passaria apenas pela criação do Fundo Municipal do Transporte Coletivo e a instituição das multas para quem descumprir os termos da licitação. "O ideal seria que a licitação fosse lançada agora, até com a retirada do projeto de lei. Com a manutenção dele e esse prazo, agora passa para o plano político e o prefeito vai ter que colocar o exercício dele para encaminhar essas votações", destacou Keiviany Sena.

CÂMARA PROMETE FIM DE VOTAÇÃO EM ABRIL

Os vereadores ainda discutiram (ontem) a primeira emenda, que já vinha em pauta desde a semana passada, quando chegou ao plenário Érico Hackradt a informação sobre o acordo judicial feito pela Prefeitura do Natal quanto ao prazo de 90 dias para o início do processo de licitação do transporte público de Natal. Dessa vez, sem que dependa do "processo legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Natal".

Até esse momento, já no fim da manhã de ontem, o palácio Frei Miguelinho, sede do legislativo, sequer sabia da reunião que ocorreu horas antes entre MP e Prefeitura, mediada pela Justiça Estadual. "Eu mesmo requisitei a presença de representantes da secretaria de mobilidade para orientar os vereadores sobre as votações", disse Júlio Protásio (PSB).

Para o petista Hugo Manso, a desinformação provocada pela falta de comunicação sobre a audiência judicial foi "uma falta de solidariedade". "Apenas uma ligação da Prefeitura nos colocaria a par da situação e a votação poderia ser antecipada", comentou ele.

Já para o presidente da CMN, Franklin Capistrano (PSB) a situação não é para se alarmar, visto que a expectativa é de que a casa legislativa acabe os trabalhos antes do prazo estipulado pela Justiça. "O trabalho não vai ser rápido, porque temos inúmeras emendas. A cidade espera esse projeto, porque é o nosso futuro que está sendo discutido. De toda forma, com otimismo, a previsão é que a votação seja finalizada até o dia 10 de abril. Caso a discussão das emendas complique um pouco, pode durar mais alguns dias", ponderou Capistrano.

Ontem, na terceira sessão destinada exclusivamente para discutir o projeto de lei relativo à licitação do transporte público a emenda 146, apresentada por Hugo Manso. O vereador petista queria que a licitação do transporte público, tanto para as empresas de transporte convencional como para os operadores de transporte alternativo, acontecesse em regime de permissão. O projeto original prevê o regime de concessão para o trans-



Câmara só foi informada da decisão no final da manhã

porte convencional e permissões para os alternativos.

Na visão de Hugo, a permissão seria um regime jurídico mais benéfico para o poder público, já que permite a rescisão contratual aconteça sem que a prefeitura, por exemplo, tenha que arcar com indenizações. "Essa emenda ajudaria o município, dando mais segurança", pontuou o parlamentar, que tomou como base para a emenda o artigo "Transição da explo-

ração precária para o regime de concessões; o caso do transporte coletivo de passageiros" de autoria dos advogados Carlos Ari Sundfeld e Jacintho Arruda Câmara.

Outras duas emendas foram aprovadas ainda na sessão extraordinária de ontem. Uma delas, apresentada por Amanda Gurgel (PSTU), foi consenso. A proposta incluída no projeto é de que o contrato de concessão ou permissão deverá ces-



COM OTIMISMO, A PREVISÃO É QUE A VOTAÇÃO SEJA FINALIZADA ATÉ 10 DE ABRIL. CASO A DISCUSSÃO COMPLIQUE, PODE DURAR MAIS ALGUNS DIAS"

Franklin Capistrano
Presidentente Câmara

sar automaticamente quando for criada uma empresa municipal de transportes, a cargo do município.

A outra emenda aprovada modifica o artigo 3º do projeto de lei. A proposta de Júlio Protásio acolhida pelo plenário foi de que a permissão de transporte alternativo torna-se hereditária. O direito de explorar o serviço poderá ser transferido à família do permissionário quando este vier a falecer.

DECISÃO JUDICIAL PERMITE LICITAÇÃO DESDE 2010

Em novembro de 1999 o MP-RN requisiu, através de uma ação civil pública, o cancelamento dos contratos entre sete empresas de ônibus e a Prefeitura de Natal e, consequentemente, a realização de uma licitação para o sistema de transporte público da capital. Dois anos depois o juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública de Natal determinou a manutenção dos contratos e que em 2010, quando se venciam os contratos, fosse realizada a licitação. O prazo chegou e a administração municipal não realizou o processo.

Então sob a administração Miçarla, a prefeitura alegou que precisaria de estudos para confeccionar o edital. A empresa Oficina foi contratada em 2012, realizou os estudos e a entrega do edital, mas o processo foi suspenso no fim daquele ano por suspeitas de fraude na contratação da Oficina.

Seguidos pedidos do Ministério Público requisitaram a abertura da licitação e o processo chegou à segunda instância. Os desembargadores do TJ-RN decidiram em caráter liminar, no fim de 2013, que a prefeitura poderia lançar a licitação sem passar pelo legislativo municipal, tornando sem efeito um dispositivo da Lei Orgânica do Município.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 30.03.15

EDITORIA: POLÍTICO

Maioria dos congressistas do RN é a favor da redução da maioridade penal

FELIPE MAIA, FÁBIO FARIA, WALTER ALVES, ROGÉRIO MARINHO E JOSÉ AGRIPINO APOIAM MEDIDA. FÁTIMA É CONTRA

Art. 150
Reserva de Política

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara convocou reunião extraordinária hoje às 14h30 para deliberar sobre a admissibilidade da PEC 171/93 que trata da redução da maioridade penal no Brasil. Quatro deputados federais e um senador pelo Rio Grande do Norte já se manifestaram favoráveis à diminuição da maioridade penal no Brasil. Os deputados Felipe Maia (DEM), Fábio Faria (PSD), Walter Alves (PMDB) e Rogério Marinho (PSDB) são a favor da redução.

Integrante da CCI, o deputado federal Felipe Maia se disse hoje favorável à redução da maioridade penal no Brasil. Ele também é a favor da privatização dos presídios, caso o governo não dê conta de cuidar com o aumento da população carcerária. "Sou favorável à redução da maioridade penal. Assim como sou favorável a maiores investimentos no sistema prisional brasileiro, bem como, se for a solução, uma vez que o governo federal não tem condições de arcar com o custo para reformar presídios, que se privatize os equipamentos para que o detido possa ser ressocializado e que não haja fuga nem rebeliões", frisou o parlamentar.

A posição de Felipe é congruente com o que pensa parte dos congressistas potiguaros. Pelo menos outros três deputados e um senador se manifestaram favoráveis à redução, sendo eles, os deputados federais Fábio Faria, Rogério Marinho e Walter Alves. O senador José Agripino Maia (DEM) também se posicionou em relação à matéria, favoravelmente. Mas a matéria terá que tramitar pela Câmara antes de seguir para o Senado.

Ainda não se conhece a posição dos deputados Rafael Motta (PROS), Zenade Maia (PR) e Antonio Jacome (PMN). O senador Garibaldi Filho (PMDB) também não se manifestou ainda. Única até agora a se posicionar contrária à redução, a senadora Fátima Bezerra (PT).

ARGUMENTOS

Para Fábio Faria, a mudança no Brasil de hoje justifica a diminuição da maioridade penal. "Um adolescente de 16 anos hoje é totalmente diferente daquele de 20 anos atrás. A Europa e EUA também adotaram a redução há muito tempo. Isso não será a solução total, mas um começo. Quem já teve um familiar assassinado por um jovem de 16 anos sabe o tamanho da dor. Se com 16 anos já tem consciência para votar,



Felipe Maia, da CCJ da Câmara dos Deputados, defende a redução e a privatização de presídios brasileiros



Walter Alves promete utilizar seu mandato federal para visibilizar a redução da maioridade penal no Brasil



Deputado do PSD, Fábio Faria também defende a redução da maioridade penal, em discussão na Câmara



Senador do DEM, José Agripino Maia é a favor da redução da maioridade penal para crimes hediondos

também tem que ter consciência de que deve se portar como um cidadão de bem", afirmou Fábio Faria.

Vários projetos com propostas de mudança na maioridade penal tramitam na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Atualmente, a bancada do PT, maioria na Casa, tem votado pela obstrução da pauta. Os deputados governistas, de uma forma geral, argumentam que o governo não tem condições de reformar o sistema prisional para acomodar os milhares de 16 anos. "Então, a solução é não diminuir, porque não tem onde botar? Se não tem como construir novos presídios, se privatize, faça empresas administrarem, onde não se admite fuga ou rebelião e o preso é ressocializado e volta apto a viver em

sociedade", defende Felipe Maia.

Para o democrata, o país necessita investir na educação. "Afinal de contas, a educação é um pilar da sociedade. Se começa a investir nas bases, muitas vezes o futuro detido não será criminoso", afirmou, recordando ser autor de um projeto de implantação de ensino integral, onde se deixa o jovem de manhã na escola e se busca a noite. "Esse projeto seria o sorbo de todo brasileiro. Dificilmente. O que tem que haver por parte dos governantes é não desviar recursos públicos", cobra.

IMPUNIDADE

Walter Alves adiantou que vai utilizar o mandato para lutar pela redução para crimes violentos ou para aqueles praticados por reinci-

dentes. O parlamentar lembrou que um dos agentes facilitadores da reincidência no crime é a impunidade e que muitas vezes o adolescente infrator pratica crimes violentos como assassinatos, latrocínios (roubo seguido de morte) e estupro e termina sendo beneficiado por uma lei mais branda.

"Precisamos rever alguns conceitos e garantir uma maior punição a crimes mais graves, principalmente para esses jovens entre 16 e 18 anos que praticam crimes como adultos. Esse tema ainda precisa ser discutido e vamos defender essa bandeira. Se a sociedade mudou, as leis também precisam de mudanças", pontuou.

Walter lembra que a redução da maioridade é um sentimento nacional.

Segundo ele, pesquisa de opinião pública do Ibope Inteligência encomendada no final do ano passado para a Rede Globo e para O Estado de S. Paulo mostrou que 83% dos brasileiros são favoráveis à diminuição da maioridade penal para 16 anos e que apenas 15% são contra.

Atualmente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os jovens que praticam crimes violentos ou que são reincidentes não são presos. Eles são apreendidos e encaminhados para unidades especializadas em medidas socioeducativas com o objetivo de se ressocializar, ou seja, de encontrar meios de voltar a conviver na sociedade sem praticar novos crimes. Isso tudo por um prazo máximo de três anos. Os delitos praticados por eles não são

considerados crimes legalmente, e sim atos infracionais.

TRAMITAÇÃO

O senador José Agripino Maia se disse a favor da diminuição da maioridade penal. "Sou a favor da redução da maioridade penal para a prática de crimes hediondos mediante comprovação judicial", declarou ao Jornal de Hoje, lembrando que a matéria está em tramitação, mas ainda não chegou à ordem do dia.

CCJ da Câmara convocou reunião extraordinária hoje às 14h30 para deliberar sobre a admissibilidade da PEC 171/93 que trata da redução da maioridade penal no Brasil. O deputado Rogério Marinho disse ser a favor da redução da maioridade penal.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 30.03.15

EDITORIA: POLÍTICO



Opositor a Carlos Eduardo, Fernando Lucena ironiza ausência de líder na Câmara



Júlio Protásio renunciou a liderança do prefeito em janeiro e não aceita voltar

Ausência de líder dificulta articulação do prefeito na Câmara Municipal de Natal

NENHUM VEREADOR SE DISPÔS A ASSUMIR LIDERANÇA DO EXECUTIVO NA CÂMARA APÓS AS SAÍDAS DE JÚLIO PROTÁSIO, DO PSB, E CHAGAS CATARINO, DO PROS

Joaquim Prevedo
REDATOR DE POLÍTICA

A ausência de um líder do prefeito de Natal, Carlos Eduardo na Câmara Municipal para articular os encaminhamentos e aprovação de matérias de interesse do Poder Executivo está dificultando a votação do projeto original que estabelece licitação pública para os transportes coletivos da capital. Isso, porque até agora nenhum vereador se dispôs a assumir o cargo deixado recentemente pelos vereadores Júlio Protásio, do PSB, ini-

cialmente e depois com a saída de Chagas Catarino, do PROS, que substituiu Júlio, mas deixou o cargo alegando problemas de ordem pessoal. "O prefeito não tem líder, mas apareceu mais de 5 nessa sessão", ironizou o vereador Fernando Lucena, do PT, referindo-se a alguns vereadores que assumiram eventualmente a defesa do projeto encaminhado por Carlos Eduardo.

Em razão da complexidade do tema e do conflito de opiniões entre vereadores de diversos partidos com representação na Câmara Municipi-

pal de Natal e falta de um líder para fazer os encaminhamentos necessários à matéria que trata da licitação de transportes públicos na capital deverá demorar bastante para ser votada. O vereador Júlio Protásio considera a votação "polêmica e técnica", daí ter defendido o seu adiamento na sessão desta última quinta-feira para dar tempo aos vereadores examinar detalhadamente o projeto que trata da licitação pública. "Temos que examinar o que é melhor para a população, se concessão ou permissão", observa Júlio Protásio.

PRESEÇA DA POPULAÇÃO

A vereadora Amanda Gurgel, do PSTU, afirmou que o projeto de licitação pública para os transportes coletivos não resolve o problema. "Não vamos senear ilusões dizendo ser esse o melhor modelo. A população quer é ônibus de boa qualidade", disse ela, para em seguida defender uma discussão mais aprofundada com a presença da população. O vereador Felipe Alves, do PMDB, ao contrário de Amanda Gurgel, considerou o projeto importante porque é a primeira vez que se discute licitação pública para o setor.

Emenda de Hugo Manso protela votação de licitação pública na Câmara Municipal

O cerne das discussões na sessão desta última quinta-feira na Câmara Municipal de Natal baseou-se numa emenda de autoria do vereador Hugo Manso tornando o único o modelo de permissão para execução dos serviços, tanto por empresas de ônibus, quanto de transporte opcional. A emenda do petista estabelece que os serviços públicos de transportes de Natal serão por permissão e não por concessão. "O regime de per-

missão é um ato administrativo, portanto, mais adequado para descentralizar a prestação do serviço de transporte público", esclarece Hugo Manso.

A emenda de Hugo Manso provocou reações, contra e favorável. "Temos que optar pelo modelo menos nefasto", reagiu o vereador Marcos Antonio, do Psol, defendendo, principalmente aquele que ofereça um serviço de boa qualidade à população. Ele entende que

o permissionário tem mais flexibilidade e conseqüente é o melhor. "O interesse público tem que prevalecer sobre o privado, e isso não é o que ocorre hoje", disse Aquino Neto, do PROS, criticando o alto preço da passagem de transportes coletivos em Natal. O vereador entende que o regime de concessão deveria ser para ônibus e alternativos.

Relator da emenda, o vereador Aroldo Alves, do PSDB, disse

que o cidadão natalense "padece", porque segundo ele, não existe uma regra estabelecida para os transportes coletivos da capital. Disse também, que não está na Câmara Municipal de Natal para ser aplaudido ou vaiado, mas para trabalhar pelo município e votar de acordo com sua consciência, enquanto Klaus Araújo mostra-se contra o regime de concessão. "A permissão dá visibilidade e transparência.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 30.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

Secretário associa saques do Fundo Previdenciário à queda de repasse do FPE

SECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO AFIRMA QUE GOVERNO TEM SE UTILIZADO DO FUNDO DEVIDO A REDUÇÃO DO REPASSE

Alex Viana
Repórter de Política

O secretário de Tributação do Rio Grande do Norte, André Horta, sustenta que o governador Robinson Faria (PSD) fez o dever de casa. No que toca à arrecadação financeira, o Estado fez os ajustes necessários, teve a maior arrecadação da sua história em janeiro e que, não fosse a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), registradas em janeiro e fevereiro, de R\$ 78 milhões e R\$ 72 milhões, respectivamente, o Estado não precisaria estar utilizando os recursos do fundo previdenciário para poder fazer frente ao pagamento dos salários dos servidores.

Na avaliação de André Horta, a posição de destaque do Estado no quesito maior controle das receitas e despesas se deve em grande parte ao trabalho do secretário de Planejamento e Finanças, Gustavo Nogueira, que, de acordo com Horta, tem feito um trabalho digno de nota à frente da SEPLAN. "Nós ainda estamos conseguindo fazer com que a economia do RN passe ao largo da crise que o país vem passando recentemente. Não é uma crise como a Europa experimentou, mas é uma crise, sem dúvidas. É um entrave econômica. E a arrecadação do Rio Grande do Norte conseguiu manter-se neste período", diz.

Horta explica que o RN é dependente em 40% da sua arrecadação do governo federal. "A receita local se manteve, mas a receita federal que o Rio Grande do Norte depende em 40% teve queda muito grande. Para você ter uma ideia, no geral em janeiro, por exemplo, nós superamos a meta, colocamos a mais de tributos estaduais R\$ 18 milhões. É acima da meta, foi em janeiro a maior arrecadação da história do Rio Grande do Norte. Mas nesse mesmo mês, porém, nesse mesmo mês a arrecadação federal caiu R\$ 78 milhões. Então, a desproporção é muito grande em relação ao que está subindo com nível federal e o que está subindo com todo o esforço em nível estadual", frisou.

FUNDO
Caso as quedas na arrecadação federal não estivessem sendo tão bruscas, o Estado estaria bem, em termos financeiros, por estar fazendo o dever de casa, segundo André Horta. "Sequer estaríamos discutindo essa questão do saque do fundo previdenciário atualmente", diz ele. "Porque, na verdade, o saque em janeiro foi de R\$ 45 milhões e o FPE caiu R\$ 78 milhões. Quer dizer, nós tínhamos uma boa folga, de pouco mais de R\$ 30 milhões, e não conseguimos ficar independentes e deixar tudo em ordem porque justamente ninguém esperava (a diminuição do FPE)".



André Horta: 'Estamos conseguindo fazer com que a economia do RN passe ao largo da crise que o país vem passando'

Além do RN, outros estados nordestinos sofrem da mesma dependência da arrecadação federal, por isso a crise afeta tanto os estados. "Houve a reunião dos governadores com a presidenta na semana passada e nenhum estado nordestino esperava uma queda tão grande. Todos os estados são muito dependentes dos fundos de participação dos Estados e isso foi um tremendo susto. Mas conversei com o secretário Gustavo Nogueira, sábado, e ele me disse que agora em março já entrou na meta o FPE que é uma grande alegria para a gente. Isso significa que vai dar certo aliado imediato aos incêndios que a gente está pagando", frisou.

VIRADA

Para o secretário, agora é o momento da virada. O estado vai se equilibrar, independentemente da crise pela qual passa o Brasil. "Eu tenho fé que agora é o momento da virada, eu tenho fé que é o momento para se realizar esse tipo de previsão, que é preciso recuperar aquela antiga ideia do pacto social, de trabalhadores, de empresários. De pensarmos a médio e longo prazo e não no lucro

deste mês para poder criar uma estabilidade do mercado local", frisou.

Apesar disso, o secretário ressalta que a crise será sentida. "Ontem eu li nos jornais que a construção civil por causa dessa controvérsia em torno da Petrobras estaria demitindo em torno de 3,6% de seus funcionários no país agora esse ano. No Nordeste a média de demissão é de 5,4%, vai ser maior que o resto do país. Claro que tem uma média maior aqui de obras em andamento. Mas quer dizer que 5,4% de demissão são 5,4% de pessoas sem receber salário, sem ir para o supermercado, sem ir para a loja de eletrodomésticos e não só sem gerar economia, sem gerar tributos também".

Para Horta, no entanto, se por um lado existem setores da economia que estão em dificuldade, por outro há setores da economia que estão exultantes neste momento. "O dólar de 2011 era de R\$ 1,52 e hoje está mais de R\$ 3. O empresário do setor de alimentos industrial me procurou e me disse que está vivendo um momento excepcional agora, porque o açúcar que era uma das principais matérias primas dele estava pela metade do que estava em 2011, tanto que o lucro dele, que é em dólar, estava pelo dobro. Então, ele iria mais que duplicar o empreendimento dele aqui dentro RN", frisou.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 30.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

Redução do ICMS aviação foi uma medida vitoriosa

O secretário de Tributação do Estado, André Horta, salientou que a medida de redução do ICMS de aviação foi uma medida acertada da atual administração, que irá gerar desenvolvimento econômico para o Estu-

do. "A medida foi uma medida vitoriosa, já foi anunciado o voo da GOL, nós já recebemos a inscrição da Azul e outros voos já foram anunciados. A TAM tem a intenção de um voo direto para a Europa, a Avianca. Então, tudo

isso traz turistas para a nossa cidade e vai gerar renda dentro de uma operação com benefícios fiscais. Não há perda para o Estado, apesar de não ter benefícios fiscais", frisou o secretário.

A diminuição da alíquota será

compensada, de acordo com o secretário, pelo aumento do volume de combustível vendido no Estado. "Porque um benefício fiscal foi concedido em qualidade na redução da alíquota na medida em que os beneficiados au-

mentassem a quantidade de abastecimentos. Então, não vai haver nenhuma diferença na parte de arrecadação, porque ele é obrigado a aumentar o abastecimento para ter aquela alíquota menor. Se ele não tiver o abastecimen-

to maior, ele não terá mais a alíquota menor e perde o benefício. Ele só recebe se o Estado não perder. Do ponto de vista da tributação é neutra a questão".

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 30.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

> DIANTE DO CAOS EM PRESÍDIOS

Para procurador de Contas, Estado deve exonerar comissionados para nomear agentes penitenciários

Diante do caos no sistema prisional do Rio Grande do Norte, a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RN manteve a sentença de primeira instância e determinou que o Estado nomeie os candidatos aprovados no concurso para Agente Penitenciário. É antes que o Executivo alegue que não tem dinheiro para isso, o procurador-geral do Ministério Público de Contas, Luciano Ramos, já deu uma sugestão: a demissão de alguns comissionados do Governo do Estado para permitir a nomeação dos agentes, fundamentais neste momento de crise e rebeliões.

A sugestão foi dada pelo perfil oficial do procurador-geral no Twitter, em diálogo virtual com representantes dos agentes penitenciários. "Só depende do Governo do RN (a nomeação). Fiz a proposta que resolveria o problema, mas não

houve interesse em cortar comissionados", afirmou Luciano Ramos. "Contem comigo, dentro dos limites das minhas atribuições legais e constitucionais", acrescentou o procurador-geral.

Segundo os representantes dos sindicatos, a categoria quer a nomeação de 34 agentes, que têm o salário médio de R\$ 3,2 mil por mês. Dessa forma, o impacto financeiro da convocação seria de R\$ 108 mil mensais. "Vou calcular quantos cargos comissionados seriam necessários cortar no Poder Executivo. Creio que uns 60", antecipeu Luciano Ramos.

A sentença, mantida no TJRN, também definiu a nomeação daqueles que realizaram o curso de formação, conforme Edital nº 001/2009, a medida em que forem surgindo vagas no quadro de pessoal, até que se complete o total de



Luciano Ramos avalia quantos comissionados devem ser exonerados do Governo

vagas a serem ocupadas pelos que fizeram o curso de formação.

O ente público, alegou no recurso de Agravo que o citado edital estabeleceu 400 vagas para o cargo de agente penitenciário, logo, a obri-

gação gerada para o Estado era de nomear igual quantitativo de aprovados no respectivo certame, podendo nomear mais 90 candidatos aprovados, caso surgissem mais vagas em decorrência de exonera-

ções e aposentadorias. Assim, assevera que este número já seria suficiente para atender aos 500 presos provisórios.

No entanto, para os desembargadores da 3ª Câmara Cível do TJ, não há dúvida de que, não seria razoável que a Administração convocasse novo concurso para provimento de cargos idênticos a aqueles aos quais já existiriam candidatos definitivamente aprovados em concursos anteriores e que fizeram, inclusive, o Curso de Formação Profissional para ingresso na carreira.

A decisão também fundamentou que a conduta da Administração em anear os cofres públicos para formação de novos agentes carcerários e, após sua aprovação no referido curso, não providenciar a integração destes no quadro de Agentes Penitenciários foge igual-

mente à razoabilidade, pois, conforme salientado pelo Ministério Público Estadual, afronta aos princípios constitucionais da economicidade e efetividade.

"Na realidade, embora o Estado do Rio Grande do Norte, por meio de seu Secretário da Justiça e Cidadania, tenha informado que foram nomeados mais de 600 (seiscentos) candidatos aprovados, presume-se que a Administração Pública não teria dado prosseguimento aos atos necessários para que os candidatos aprovados nas demais fases fizessem o referido curso se não houvesse necessidade de dar efetivo provimento aos cargos, seja porque visava cumprir decisões judiciais anteriores, seja pela situação em que se encontra o sistema carcerário estadual", enfatiza o relator do recurso, desembargador Amarty Moura Sobrinho.

VEÍCULO: JORNAL DE HOJE

DATA: 30.03.15

EDITORIA: POLÍTICA

> DEFENSOR DE CORTE NOS MINISTÉRIOS

Rogério Marinho: “Dilma joga contas do governo para os mais pobres”

Os juros não param de subir no Brasil. Dados do Banco Central apontaram que o juro médio do crédito foi a 54% ao ano em fevereiro, o maior desde o início da série histórica. Já os juros do cheque especial passaram a 214,2%, o maior patamar desde abril de 1996. Outro indicador expressivo está nos juros do crédito rotativo do cartão de crédito: 342,2% ao ano, segundo o BC.

Para o deputado federal Rogério Marinho (PSDB), ao manter a elevação dos juros - além do aumento de impostos - o governo Dilma Rousseff (PT) joga a conta do poder pública nas costas dos mais pobres. O tucano defende que o governo tome medidas mais efetivas do que as do ajuste fiscal proposto pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

O parlamentar sugere, entre outras ações, o corte no número de ministérios - hoje são 39 - e de cargos comissionados da gestão petista.

“Ao agir assim, a presidente Dilma pelo menos passaria a impressão de que está falando sério quando propõe um novo ajuste fiscal na tentativa de sanear as contas do país, e não apenas jogar a conta para os mais pobres, como tem feito atualmente”, disse Rogério.

O deputado lembrou que o cenário atual da economia brasileira difere bastante do apresentado pela presidente Dilma Rousseff ao longo da campanha eleitoral do ano passado - na ocasião, a petista negou que o Brasil vivia uma crise, o que foi desmentido pouco tempo depois por atos do próprio governo.

Rogério define a situação econômica do país como preocupante e afirma que é possível que os números se tornem ainda mais negativos ao longo do ano. “Não é os brasileiros desajustados, mas é o quadro que enfrentamos. Além dos juros ao consumidor altos, temos também a Selic elevada e um desempenho do PIB que pode ser negativo neste ano. Então é provável termos esses juros ainda mais altos ao longo de 2015”, alertou.

Para o tucano, a economia brasileira, ao longo dos 12 anos de governo do PT, foi construída com fundamentos que afastaram investidores, atacaram a solidez do sistema e criaram efeitos que são sentidos principalmente pela população mais pobre.

Como exemplo dessas conse-

quências, Marinho destacou a inflação. “Devemos ter uma inflação próxima de 10% neste ano. É um número ruim, e para os mais pobres é ainda superior, já que a inflação para os produtos de primeira necessidade está em patamares mais elevados”, disse.

A Operação Lava Jato, que investiga desvios e superfaturamentos de contratos de empreitadas com a Petrobrás, desvendou a existência de um cartel formado por quase todas as grandes empresas de construção do País. Cinco delas - Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa, Grupo Odebrecht e OAS - respondem por quase 77% dos repasses feitos pelas empresas investigadas aos três partidos nos últimos anos.



Rogério Marinho ressalta elevação da inflação para produtos de primeira necessidade

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 31.03.15

EDITORIA: ECONOMIA

SEM DESAFINAR

/ SINFONIA / EM ALMOÇO COM EMPRESÁRIOS, O MINISTRO JOAQUIM LEVY DISSE QUE TEM UMA "ENORME AFINIDADE" COM A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF; ELA RETRIBUI COM DEFESA DO MINISTRO

O MINISTRO DA Fazenda, Joaquim Levy, disse ontem, em São Paulo, que tem uma "enorme afinidade" com a presidenta Dilma Rousseff na visão de longo prazo da economia. "Não há nenhuma desafinação", enfatizou, ao comentar as declarações em uma palestra na última semana, na Escola de Negócios da Universidade de Chicago, que foram interpretadas como uma crítica à presidenta.

Durante almoço promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) para 600 empresários, Levy voltou a negar que tenha criticado Dilma. "A presidenta tem sido absolutamente explícita e genuína sobre seus objetivos", ressaltou.

Levy explicou que, na palestra em Chicago, ele quis dizer que, mesmo com a vontade da presidenta, às vezes, é difícil colocar em prática algumas medidas. "A gente nem sempre consegue tudo o que deseja em um processo democrático, e isso é bom."

O ministro disse acreditar na aprovação das medidas de ajuste fiscal pelo Congresso. "Temos tido sucesso em conversas que, em um primeiro momento, não pareciam estar encaminhadas", disse ele, ao falar sobre as negociações entre o governo e os parlamentares para aprovação das propostas.

De acordo com Levy, o objetivo do governo é reduzir os próprios gastos ao patamar de 2013. "Não temos discutido quantidade, quantos bilhões vamos cortar. Mas que fique claro que, com relação à programação financeira, aquele gasto que pode ser controlado, o objetivo é trazer para o nível de 2013. Isso exigirá grande disciplina."

Para o ministro, esse controle pode representar uma redução de aproximadamente 30% dos empenhos feitos pelo Executivo. Apesar de defender a redução de gastos, Levy admitiu que o processo não será simples. "Cortar na carne é importante, mas não é fácil, porque não tem muita carne."

Levy ressaltou a importância do planejamento dos gastos e da desonerações de tributos, de modo que as contas continuem equilibradas. "Não podemos criar novas despesas que venham a exigir novos impostos. Ou sair cortando impostos, sem ter ajustado as despesas", concluiu.

O ministro que não há margem para o país errar porque, se errar, perderá o grau de investimento nas agências de classificação de risco, que avaliam se um país é ou não um bom pagador de dívidas.

"Não podemos admitir riscos de não completar o ajuste fiscal", disse o ministro, em evento em São Paulo, acrescentando que o governo pode criar novas despesas que demandem novos impostos.

Ele também voltou a defender as medidas fiscais, ressaltando que elas são necessárias para fazer com que a dívida pública volte a cair.



A PRESIDENTE TEM SIDO ABSOLUTAMENTE EXPLÍCITA E GENUÍNA SOBRE SEUS OBJETIVOS"

Joaquim Levy
Ministro da Fazenda



► Joaquim Levy e Dilma Rousseff dissiparam desconfianças de que os dois divergiam sobre ajuste fiscal

DILMA DEFENDE LEVY E DIZ QUE MINISTRO FOI MAL INTERPRETADO

A presidente Dilma Rousseff comentou ontem as declarações do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, sobre sua gestão e disse que o ministro foi mal interpretado.

Em palestra a membros do setor financeiro na última semana, Levy disse que Dilma tem "um desejo genuíno de acertar as coisas, não da maneira mais efetiva, mas há um desejo genuíno", de acordo com gravação obtida pelo jornal Folha de S.Paulo.

"Não tem por que criar maiores complicações por isso, ele [Levy] já explicou isso exaustivamente. Ele ficou bastante triste com isso e me explicou. Tenho clareza de que ele foi mal interpretado", disse a presidenta em entrevista após evento do Programa Minha Casa, Minha

Vida, em Capanema, no Pará.

Domingo, o ministro contestou a interpretação negativa dada a sua declaração pelo jornal.

Dilma disse que Levy tem trabalhado na negociação das medidas do ajuste fiscal que dependem de aprovação do Congresso Nacional e reforçou os argumentos do governo em defesa dos cortes de gastos. Segundo a presidenta, o país depende do ajuste para voltar a crescer. "Você tem que adequar a política econômica e toda a sua ação às mudanças da realidade, estamos fazendo isso. Tenho certeza [de] que o Brasil volta a crescer se a gente fizer essa movimentação", avaliou.

Dilma voltou a dizer que o governo absorveu os impactos da crise nos últimos anos e

que agora é preciso reduzir os subsídios para garantir o equilíbrio das contas. "Nós fomos até onde pudemos, absorvendo no Orçamento Geral do país todos os efeitos da crise; desoneramos folha, demos para financiamento de investimento juros de 2%, enfim, fizemos uma porção de desonerações. O que estamos fazendo agora? Estamos reajustando desonerações que fizemos", acrescentou.

Durante o discurso, a presidenta também defendeu o ajuste fiscal e a retomada do crescimento e disse que o Brasil "tem reservas em dólar suficientes para enfrentar qualquer crise internacional" e que a estrutura bancária do país "não está nem um pouco comprometida", como é o caso dos países desenvolvidos.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 31.03.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ PREGÃO /

AFINIDADE FAVORECE IBOVESPA

SE NO COMEÇO do pregão, a presidente Dilma Rousseff (PT) e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, trouxeram um ambiente de incertezas depois de fala "polêmica" do ministro, o discurso dos dois ficou perfeitamente alinhado à tarde, o que dissipou dúvidas e consolidou o otimismo nos mercados. O Ibovespa fechou em alta de 2,29%, a 51.243 pontos, enquanto o dólar comercial registrou baixa de 0,27%, a R\$ 3,2310, na compra e R\$ 3,2317, na venda. O volume financeiro negociado foi de R\$ 5,278 bilhões. No mercado de juros futuros, o DI para janeiro de 2017 caía 0,07 ponto percentual, a 13,49%, enquanto o DI para janeiro de 2021 caía 0,08 ponto percentual, a 13,08%.

Nos casos do câmbio e dos juros, as críticas de Levy à presidente Dilma, podendo atrapalhar sua negociação no Congresso, fizeram pressão compradora pela manhã. No entanto, Dilma já negou que os comentários do seu ministro tivessem causado mal-estar. Ela ainda disse que Levy ficou muito triste com a repercussão do caso. Durante almoço-debate realizado ontem pelo LIDE (Lideranças Empresariais), o ministro da Fazenda Joaquim Levy explicou por diversas vezes a declaração que fez em palestra na Universidade de Chicago.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 31.03.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ DESEMPENHO /

FAZENDA DIVULGA HOJE RESULTADO DO TESOURO

CERCA DE 15 minutos antes do horário marcado, o Ministério da Fazenda anunciou ontem o adiamento da divulgação do resultado das contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) em fevereiro. Originalmente prevista para as 14h30 de ontem, a apresentação dos dados ficou para amanhã (31), às 8h30.

Segundo o Ministério da Fazenda, uma alteração de última hora na agenda do secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive, provocou o adiamento. A pasta, no entanto, não informou qual foi a mudança na agenda, alegando que compromissos internos do secretário no ministério foram remarcados.

Com o adiamento, o resultado do Governo Central em fevereiro será apresentado uma hora e meia antes da audiência do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Os números serão divulgados duas horas antes do resultado do setor público, pelo Banco Central, previsto para as 10h30. Mais amplos que os dados do Governo Central, os números do setor público informam o esforço fiscal da União, dos estados, dos municípios e das estatais.

VEÍCULO: NOVO JORNAL

DATA: 31.03.15

EDITORIA: ECONOMIA

/ LEÃO /

Receita recebe mais de 6,1 milhões de declarações do Imposto de Renda

QUASE UM MÊS após o início do prazo de entrega do Imposto de Renda Pessoa Física, 6.152.563 declarações foram encaminhadas à Receita Federal pelos contribuintes até às 17h de ontem. O número representa 22,4% do total de 27,5 milhões de declarações que a Receita espera receber até 30 de abril, quando termina o prazo.

Este ano, os contribuintes com certificação digital podem fazer a declaração pré-preenchida

na página da Receita na internet, na área do e-CAC. Também poderá ser feito por um representante do contribuinte com certificação digital e procuração eletrônica registrada no órgão.

No ano passado, 26.883.633 de contribuintes enviaram a declaração do IRPF até o fim do prazo. O número ficou aquém do esperado pela Receita na ocasião, 27 milhões de formulários. Em 2013, 26,1 milhões de pessoas físicas entregaram o documento.

Quanto antes o contribuinte entregar a declaração, com os dados corretos à Receita, mais cedo receberá o valor correspondente à restituição. Têm prioridade no recebimento pessoas com mais de 60 anos de idade, contribuintes com deficiência física ou mental e os que têm doença grave.

A multa por atraso de entrega é estipulada em 1% ao mês-calendário até 20%. O valor mínimo é R\$ 165,74. Um passo a passo com cada etapa da entrega está dispo-

nível na página da Receita. Basta o usuário clicar em cada ponto para obter mais detalhes. O prazo de entrega vai até 30 de abril.

Há duas semanas, a Receita Federal lançou uma série de 11 vídeos no site Youtube para tirar dúvidas sobre o preenchimento e a entrega do Imposto de Renda. Denominada TV Receita Responde, a série tem por objetivo explicar de forma simples os principais assuntos relacionados à declaração do IRPF.

/ BENEFÍCIO /

SEGURO-DESEMPREGO SERÁ PREENCHIDO PELA INTERNET

PARA TORNAR MAIS rápido o atendimento ao pedido e dar maior segurança às informações sobre os trabalhadores, o Ministério do Trabalho e Emprego determinou que as empresas passem a preencher o requerimento do seguro-desemprego de seus empregados pela internet. A medida começa a valer amanhã, de acordo com resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os empregadores só poderão preencher o requerimento do seguro-desemprego e a co-

municação de dispensa de trabalhadores por meio do aplicativo Empregado Web, disponível no Portal Mais Emprego, do ministério. A entrega dos formulários impressos, utilizados hoje, será aceita até hoje.

Segundo o ministério, o sistema dará maior rapidez à entrega do pedido, além de garantir a autenticidade dos dados, e possibilitará o cruzamento de informações sobre os trabalhadores em diversos órgãos, facilitando consultas necessárias para a liberação do seguro-desemprego.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE
FINANÇAS

DATA: 31.03.15

EDITORIA: NEGÓCIOS E

Aumento

A partir de hoje (31), os medicamentos com preço controlado deverão sofrer um reajuste médio entre 5,40% e 5,90%, conforme cálculo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma), com base nos fatores da fórmula de reajuste publicados na última quinta-feira.

Gestão

Nove em cada dez empresas no Brasil são familiares, segundo apontam os dados mais recentes do IBGE. Contudo, a cada 100 empreendimentos do tipo abertos, apenas 30 chegam à segunda geração e 15 à terceira. A modernização da gestão dessas empresas torna-se, portanto, fundamental para sua sobrevivência.

INFLAÇÃO O IGP-M, índice que reajusta a energia e contratos como o aluguel, acelera em março com alta de 0,98%, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Em fevereiro o índice avançou 0,27%. Nos três primeiros meses do ano o indicador acumula alta de 2,16% e, nos 12 meses, alta de 3,16%, a ser aplicado aos contratos.

Crédito em baixa

A Boa Vista SCPC constata que a demanda por crédito do consumidor no País subiu 1,3% em fevereiro. Mas, nos valores acumulados em 12 meses a queda intensificou-se, atingindo 8,7%, alcançando novo recorde negativo. Já na avaliação mensal contra o mesmo mês do ano anterior, a queda foi mais

abrupta: -11,4%. Considerando os segmentos que compõem o indicador, expurgados os efeitos sazonais, a demanda por crédito nas instituições financeiras caiu 3,9% frente a janeiro, enquanto para o segmento não-financeiro houve elevação de 5,2%, mantida base de comparação.

QUEDA O Indicador Serasa Experian de Nascimento de Empresas registrou a criação de 144.501 novos empreendimentos no Brasil em fevereiro deste ano, queda de 4,3% em relação ao mês de janeiro, quando 150.958 novas empresas foram criadas. O número representa queda de 8,6% comparado ao montante de novos empreendimentos surgidos em fevereiro de 2014 (158.023).

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 31.03.15

EDITORIA: ECONOMIA

Levy traça estratégia e cita eixos para o crescimento

« **CONJUNTURA** » Pacote dará prioridade à competitividade, institui novo padrão para concessões, ataca inflação e promove o equilíbrio fiscal

ADRIANA FERNANDES
E LORENNNA RODRIGUES
Agência Estado

Brasília - Na ofensiva para apontar a estratégia do governo para destravar o crescimento do País, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, apresentou ontem, em evento para empresários em São Paulo, uma estratégia de política econômica com três eixos de crescimento. As três frentes podem ser resumidas como agenda tributária (que inclui medidas de competitividade); um novo padrão para as concessões; e o que classificou de "convergência macroeconômica".

A apresentação é uma resposta do ministro Levy às pressões de lideranças políticas e do setor produtivo para que a presidente Dilma Rousseff adote logo medidas para ativar a economia. Levy já sabe que será cobrado em audiência pública nesta terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal - o seu primeiro teste no Congresso Nacional.

Essas pressões aumentaram, principalmente, depois das previsões de queda do PIB brasileiro em 2015 - em parte provocada pelo ajuste na economia adotado pela equipe econômica. Os parlamentares, inclusive, se movimentam para lançar uma agenda própria de projetos para o crescimento.

Levy confirmou a proposta em estudo no governo para harmonização da tributação dos instrumentos de poupança do País. A agenda tributária e fi-



Levy: resposta a pressões de lideranças políticas que reivindicam medidas para reativar economia

MERCADO ESPERA ALTA DA SELIC

Brasília (AE) Com o reconhecimento do Banco Central de que a inflação vai estourar a meta este ano e com o fim da intervenção diária no câmbio, analistas do mercado financeiro refizeram suas contas e chegaram ao consenso de que os juros básicos, a Selic, vai subir mais este ano.

De acordo com o Relatório Focus divulgado ontem, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevará a taxa dos atuais 12,75% ao ano para 13% na reunião de abril. Outra alta, menor, para 13,25% ao ano, será aplicada provavelmente em julho.

A expectativa de elevação dos juros embute a perspectiva de que o Banco Central precisará agir para conter a alta da inflação. O IPCA vai subir 8,13% este ano, conforme o boletim, e 5,60% em 2016. Para o BC, as taxas serão de 7,9% e 4,9%, respectivamente.

Para a inflação deste mês, os analistas mantiveram a previsão de alta de 1,40% e, para a de abril, de 0,62%.

Se evitarmos os riscos, passaremos rapidamente pelo ajuste e teremos novas condições para um período de crescimento bastante significativo”

JOAQUIM LEVY
Ministro da Fazenda

rais. A agenda tributária e financeira de medidas do governo inclui também, segundo o ministro, o uso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como "dinamizador" do mercado de capitais, o apoio à reforma do ICMS e mudança na forma de cobrança do PIS e da Cofins.

Em slide apresentado durante almoço debate organizado pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em São Paulo, o ministro coloca a agenda tributária como um dos eixos da política para o crescimento.

Esse eixo também conta com uma agenda da competitividade, que inclui medidas de aumento da participação de Brasil no comércio exterior, a facilitação de comércio e financiamento, abertura de mercados e investimentos em educação e inovação.

Em outra frente, Levy apon-

tou como um segundo eixo do crescimento a formatação do que classificou de "moldura favorável" para o arcabouço dos chamados "project finance" - modelo de financiamento usados dos projetos de concessões de infraestrutura. A estratégia para o aumento da competitividade abarca também o compartilhamento mais eficiente de infraestruturas logística e ampliação do financiamento do setor privado nas concessões de rodovias, aeroportos, portos e ferrovias.

Num terceiro eixo do crescimento, Levy aponta como fundamental a convergência macroeconômica, com inflação caminhando para o centro da meta de 4,5%, o equilíbrio fiscal e longo prazo, queda da curva de juros e longo prazo, alongamento dos prazos de empréstimos e menor concentração dos investimentos.

Em resposta às pressões do PMDB e do setor produtivo, o ministro destacou que o governo está "cortando na carne". O ministro fez um alerta geral para os riscos a serem evitados. Ele colocou no topo das preocupações o governo "não prosseguir no ajuste fiscal", o que poderá levar a perda do grau de investimento na nota do País pelas agências internacionais de classificação de risco.

O outro risco apontado pelo ministro no evento foi a criação de novas despesas sem novas receitas tributárias. Ou seja, a redução dos tributos sem queda das despesas permanentes.

"Se evitarmos os riscos, passaremos rapidamente pelo ajuste e teremos novas condições para um período de crescimento bastante significativo. O Brasil tem muitas coisas a seu favor", comentou o ministro.

NÚMERO

4,5%

é o centro da meta da inflação que o governo quer atingir com pacote de medidas econômicas



VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 31.03.15

EDITORIA: ECONOMIA

RN fica em bandeira vermelha

« **ENERGIA** » Consumidores do Rio Grande do Norte vão pagar adicional de R\$ 5,50 a cada 100 quilowatts gastos em abril para cobrir custos de geração, segundo decisão de Aneel

O consumidor potiguar vai ter de desembolsar mais dinheiro para ter energia elétrica no mês de abril. Isso porque a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu manter a bandeira vermelha para quase todos os estados, exceção apenas de Amazonas, Amapá e Roraima. A bandeira vermelha implica acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 quilowatts-hora (kWh). Desde o início do ano, quando esse sistema passou a vigorar no Brasil, o custo de energia está mais caro para o consumidor. A bandeira vermelha representa a existência de condições mais adversas para a geração de elétrica no País. Há ainda a bandeira amarela, quando a cobrança adicional é de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, e a bandeira verde, sem custo adicional.

Os último balanço divulgado pela Aneel, com base em dados da semana passada, mostra que apesar das chuvas caídas em março nas áreas dos principais reservatórios, a situação ainda é preocupante. Na média, os reservatórios de Sobradinho, Três Marias e Itaparica, que alimentam as hidrelétricas no Nordeste, estão com apenas 23,1% da capacidade máxima de armazenamento de água. No Sul o volume represado equivale a 38,77% e no sistema Sude-

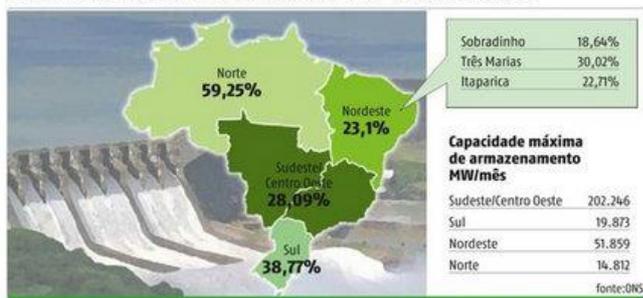
te/Centro Oeste 28,09%.

No entanto, com base no volume de chuvas em março e as projeções para abril, o conselheiro do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Mauro Borges, que também é presidente da Cemig, disse ontem que o racionamento de energia elétrica no País está praticamente descartado. "Na reunião de fevereiro, a avaliação dos conselheiros foi que o nível dos reservatórios está em torno de 30% e que melhorará até o final de abril. Depois, passaremos pelo período de menor precipitações de maio a setembro de forma cuidadosa, com consumo consciente de energia, mas sem risco de racionamento", explicou. "De qualquer forma, uma conclusão mais definitiva, com o descarte total de racionamento de energia elétrica teremos após a reunião de abril", disse Borges, ressaltando que um racionamento seria muito ruim para a economia brasileira.

O sistema de bandeiras tarifárias, implementado com o intuito de alertar o consumidor a respeito do custo corrente de geração, além de dividir com ele esse custo, já passou por um reajuste. Em janeiro, o valor adicional cobrado na bandeira vermelha era de R\$ 3 para cada 100 kWh. No caso da bandeira amarela, o acréscimo era de R\$ 1,50 por 100 kWh. A partir

GERAÇÃO DE ENERGIA

Situação dos principais reservatórios do País em 29.03 - por grandes regiões



de março, contudo, os valores foram elevados em 83,3% e 66,6%, respectivamente.

Investimentos

O aumento do preço-teto da energia produzida por Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) deve estimular investimentos nesse segmento, avaliam associações do setor elétrico. Ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o edital do leilão A-5, marcado para o dia 30 de abril. Para PCHs e hidrelétricas com até 50 MW de potência, o preço-teto será de 210 por megawatt-hora (MWh),

bem maior que os praticados nas licitações anteriores. Para se ter uma ideia, no ano passado, o teto para PCHs foi de R\$ 148 por MWh no leilão realizado em junho e de R\$ 164 por MWh no leilão de novembro.

O presidente da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas (Abrapch), Ivo Pugnaloni, disse que o aumento do preço-teto pode incentivar empreendimentos que, somados, chegam a 9,4 mil MW, o equivalente a 65% de Itaipu. "Quem ganha é a sociedade, que, em vez de pagar até R\$ 1,2 mil por MWh produzido por uma

termelétrica, pagará R\$ 210 por MWh por uma hidrelétrica de baixo impacto ambiental", afirmou. Segundo ele, os reservatórios das PCHs costumam inundar uma área de 15 campos de futebol. "Agora, temos um preço realista e o setor vai deslanchar."

O presidente-executivo da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), Charles Lenzi, o aumento do preço-teto é uma sinalização muito positiva para o setor. "O preço está em linha com aquilo que entendemos que estimula o empreendedor a participar dos leilões", afirmou.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE

DATA: 31.03.15

EDITORIA: NATAL

CBTU antecipa projeto para estender VLT até o aeroporto

« SÃO GONÇALO » Projeto de expansão do VLT até ao Aeroporto Aluizio Alves custará cerca de R\$ 250 milhões e deve ser incluído no PAC 3

Um grupo de trabalho formado por técnicos de vários órgãos, entre eles, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), prefeituras e Governo do Estado, deve concluir até maio o projeto de expansão do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) até o Aeroporto Internacional Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante. A ideia é apresentar o projeto no PAC 3. O custo estimado é de R\$ 250 milhões e compreende a aquisição de cinco novas composições.

O tema foi discutido ontem em reunião com o superintendente da CBTU, João Maria Cavalcanti, o prefeito de São Gonçalo do Amarante, Jaime Calado; os secretários de Infraestrutura e Turismo do Estado, Jader Torres e Ruy Gaspar; o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), Walter Fernandes; o superintendente da Inframérica, Ibenor Gomes; Adriano Gadelha, representando da senadora Fátima Bezerra; o deputado Fernando Mineiro; o representante do vereador Eraldo Paiva e o professor da UFRN, Enilson Medeiros.

O trecho que vai de Extremoz ao aeroporto, chamado de linha roxa, faz parte da terceira etapa de um projeto macro iniciado em 2013, com a modernização da rede ferroviária. A segunda etapa do projeto contempla um anel ferroviário metropolitano no interior da cidade, tendo uma linha que vai até o Campus da UFRN.

De acordo com o superintendente da CBTU, João Maria Cavalcanti, a terceira fase - a que contempla Extremoz, São Gonçalo e Macaíba - foi dividida em linhas Norte e Sul. A parte que deve ser incluída no PAC 3 é a Norte. A antecipação da etapa se deu, principalmen-

te, pelo alto número de pessoas que o VLT beneficiará na região.

"Deixamos claro que nada impediria que as etapas fossem feitas em outra ordem de prioridade. Ia depender da demanda que fossem surgindo dos parceiros. Sabemos que envolve toda uma logística do Governo do Estado, das Prefeituras", disse, ao ressaltar que o estado será o primeiro do Brasil a ter aeroporto com VLT.

A estrada, com cerca de 17 quilômetros, reúne um conglomerado de grandes fábricas, que juntas contêm 13.700 funcionários, pela soma do representante da CBTU. Em cinco anos, estima-se que o número de moradores chegará a 60 mil. A isso se acrescenta a média de 7.500 passageiros por dia do aeroporto, além dos seus 3 mil funcionários. "A demanda é importante, já que tem muitas fábricas e perspectivas de novos condomínios", justifica João Maria Cavalcanti.

Hoje, três VLTs trafegam entre Ceará-Mirim, Natal e Parnamirim, em 24 viagens diárias, junto com uma locomotiva antiga, que deve parar de viajar em breve. A demanda diária chega a mais de 10 mil passageiros. A Companhia espera a chegada de outras nove máquinas, além das cinco que serão incluídas no projeto que contempla o Aeroporto. Ainda para 2015, devem ser construídas quatro estações ferroviárias: Soledade, Norte Shopping, Quintas e Nordeste, e modernização da estação da Ribeira. Atualmente, apenas duas linhas de ônibus da empresa Trampolim faz rota de Natal até o aeroporto. A "R" passando pelo shopping Midway Mall, e a "S", que passa pela Avenida Rio Branco. As passagens custam R\$ 2,50.